

■ MODELO DE GESTÃO DO PPA

Para que o Plano Plurianual 2008-2011 se consolide como o marco inicial das mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que a Bahia necessita e que o Governo do Estado assumiu, é preciso construir e fortalecer um modelo de gestão e gerenciamento que possibilite a garantia da ética e da efetividade da administração estadual, com participação cidadã e controle social, rompendo com a ineficácia, o descaso e a grande morosidade do setor público na prestação de serviços.

O novo modelo de gestão que está sendo implantando se caracteriza pela orientação da ação do Estado para os cidadãos e cidadãs, com ênfase no controle dos resultados dos programas governamentais; na modernização dos sistemas de apoio à gestão pública por meio das tecnologias de informação e comunicação, facilitando a tomada de decisões e fortalecendo a capacidade analítica do Governo e seus agentes; e na valorização das servidoras e servidores públicos, que devem incorporar o papel de profissionais remunerados pela população, assumindo sua parcela de responsabilidade na gestão pública.

Deve-se levar em conta a garantia da dimensão estratégica do planejamento e da ação governamental,

para que o Governo cumpra os objetivos previstos, buscando eficiência e eficácia nas ações e a efetividade dos programas, de forma transparente, participativa e eticamente defensável, controlada pela sociedade.

Neste processo, faz-se necessário um novo olhar sobre as políticas setoriais, buscando-se sempre a atuação integrada e descentralizada. Assim, as ações previstas no PPA integram Programas que se articulam segundo Diretrizes Estratégicas, ou seja, o Governo implementará as políticas públicas por meio dos diversos órgãos e Secretarias, mas sempre tendo como foco principal o atendimento às necessidades da população através da integração dos diferentes serviços, garantindo-se a coresponsabilidade dos gestores e atenção às especificidades de cada território.

Logicamente, a descentralização administrativa, com a desconcentração dos serviços públicos, a distribuição destes pelos territórios e o compartilhamento das discussões, não ameaça a legitimidade política do Executivo estadual em tomar decisões. O que implica, verdadeiramente, é uma revisão da estrutura adminis-

trativa, buscando a transversalidade e a intersectorialidade nas ações, práticas imprescindíveis para a otimização dos recursos orçamentários, humanos e cognitivos.

Para atingir a qualidade desejável na execução e gestão deste PPA, serão necessários investimentos em todas as instâncias governamentais, tanto em tecnologia e modernização, quanto na valorização e formação das servidoras e servidores, o que já foi iniciado com a criação da Mesa Estadual de Negociação Permanente.

Entre os novos sistemas de gestão, destacam-se a

criação do Fórum de Acompanhamento do PPA, formado por representantes de todos os Territórios de Identidade, além de entidades e organizações de caráter nacional, estadual, regional ou temático, o Portal de Apoio ao Planejamento e Gestão Estratégica do Governo da Bahia e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, a ser implantado pela Secretaria do Planejamento em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais, contando com a participação de representantes dos movimentos sociais, do setor empresarial e, ainda, de universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica.